

António Barros Cardoso

*Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

## *Liberais e Absolutistas no Porto (1823-1829)*

### Resumo

A cidade do Porto posicionou-se ao longo da sua história quase sempre na defesa dos valores da liberdade e da justiça. Assim aconteceu no motim dos portos secos (1592), no motim das maçarocas (1629), no motim do papel selado (1661) e no motim contra a Companhia dos Vinhos (1756). Soube afastar o invasor estrangeiro em 1809 e abraçar o liberalismo em 1820. Contudo, no período de indefinição que se seguiu até à implantação definitiva do regime liberal após a guerra civil (1834) as instituições e as gentes do Porto balancearam entre dois regimes. No período de 1823 a 1829, a cidade foi palco de vários episódios que mostram bem esse balançar de opiniões e as dificuldades sentidas pelo país em encontrar a estabilidade política tão desejada.

### Abstract

During its history, the city of Porto has almost always carried the banner of liberty and justice. Thus, the city rose up during the “dry ports” rebellion (‘motim dos portos secos’) (1592), the “corn cob” rebellion against taxes (‘motim das maçarocas’) (1629), the “stamp-impressed paper tax” rebellion (‘motim do papel selado’) (1661) and the rebellion against the Wine Company (1756). It was able to turn back the French invasions in 1809 and embrace Liberalism in 1820. However, in the ambivalent period that followed until the definitive establishment of the liberal regime after the civil war (1834), the institutions and people of Porto were undecided between the two regimes, the liberal and absolutist. Between 1823 and 1829, the city was stage to several episodes that clearly exemplify this vacillation in opinion and the difficulties the country felt in achieving much desired political stability.

O apego da cidade do Porto a uma certa autonomia relativamente aos centralismos e às concentrações exageradas do poder é conhecido de tempos muito recuados. Houve quem o tivesse lido logo nas muitas lutas que os seus habitantes, de forma destemida, desenvolveram contra o próprio poder episcopal no decurso dos Tempos Medievais<sup>1</sup> numa altura em que os prelados eram senhores dos destinos da urbe.

---

<sup>1</sup> SOUSA, Armindo de – *Tempos os Medievais* in “História do Porto”, dir. Luís A. de Oliveira Ramos, Porto, 2000, p. 238.

Após a compra da jurisdição sobre a cidade pelo rei D. João I, em 1405-1406, através de um acordo estabelecido com D. Gil Alma, então Bispo do Porto, por três mil libras anuais, a coroa passou a controlar de forma mais decidida os destinos do Porto. Nem por isso esmoreceu o desagrado das suas gentes contra um poder que, embora mais distante, lhes continuava a limitar a liberdade de tratar dos seus próprios destinos. Habituaados desde muito cedo a afastarem a presença dos nobres na urbe, onde não deveriam permanecer por mais de três dias e impedidos de nela possuírem casas de moradia, os vizinhos do Porto também não cederam aos apelos do Rei D. Manuel que, nos alvares do século XVI, os dissuadia de manterem tais privilégios acenando-lhes com os benefícios que as muitas fazendas dos nobres, das pessoas gradas, abades e gentes poderosas traziam aos negócios que prosperavam na cidade. Este privilégio, de que as gentes do Porto fruíram, embora de origem obscura, só cairia em decurso no decurso desse século, já que, alguns dos seus próprios vizinhos envolvidos na saga das conquistas e da expansão ultramarinas, foram sendo nobilitados, retirando dessa forma sentido à prerrogativa.

Ao longo do século XVII os do Porto voltaram a evidenciar o seu apego à independência relativamente aos poderes estrangeiros. Em 1629, no motim das maçarocas, dando o mote para que o país mostrasse noutras ocasiões e noutros lugares o seu desagrado relativamente à presença filipina. Nessa altura, o povo do Porto deu mostras de invulgar união, resultando infrutíferas as devassas para encontrar os culpados da revolta. Mais tarde, em 1661, no motim do papel selado, as gentes do Porto mostraram de novo capacidade para lutar contra a opressão fiscal e no século XVIII, as ruas do Porto foram de novo palco do inconformismo dos vizinhos da cidade nas manifestações de descontentamento contra a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro que Pombal congeminou, em conclave com alguns poderosos produtores de vinho que disputavam aos britânicos o domínio do negócio do século para a cidade – o trato dos vinhos do Douro.

Estes momentos relevantes do inconformismo portuense face aos poderes exteriores resultam antes de mais de uma característica que é simultaneamente marca individualizante da cidade do Porto no contexto nacional. Não sendo a capital do reino, é nela e no seu espaço de influência que se produz, no passado como no presente, boa parte das riquezas nacionais geradas pelo labor incansável das suas gentes. Cidade cabeça das províncias mais populosas do norte de Portugal, o comportamento das gentes que aí viviam e vivem foi sempre determinante para decidir o rumo dos acontecimentos políticos do país. Tanto poder vem-lhe já da Época Medieval, mas é sobretudo na Época Moderna, particularmente a partir dos alvares do século XVIII que, mau grado a sua difícil barra, sulcada de leixões de complexo contorno, sempre foi franquizada, nunca impedindo o fluxo regular das trocas com o exterior, antes se constituiu como

porta de passagem para o mundo das gentes e da riqueza produtiva do norte Português.

Nos finais do século XVIII, não se torna difícil imaginar o tagarelar dos línguas nos botequins e tabernas da zona ribeirinha, onde se concentravam em maior número, alternando a tradução das mensagens de negócios com as mensagens e os relatos de um mundo em transformação. Primeiro através do inconformismo americano e depois a partir das rupturas que a revolução francesa operou nas estruturas sócio-políticas. Se é certo que a revolta da França germinou dispensando a influência directa das ideias que as luzes cristalizaram nas mentes das elites, não é menos verdade que foram esses ensinamentos que apelavam ao uso da boa razão, em detrimento da razão particular, que perpassaram os espíritos das ordens intermédias, atingindo por vezes o povo. O Porto, *não ficou cego ao clarão das luzes*. Ao contrário, soube guardar o fogo sagrado, arrumou-o nas prateleiras das livrarias de alguns dos seus filhos mais votados às leituras e soube também fazê-lo despontar na altura certa, isto é, quando em 1820 procurou sacudir as amarras do absolutismo.

A resistência à revolta liberal que entre nós instituiu o sistema constitucional, não se fez notar de forma assinalável na cidade do Porto. Ao contrário, a satisfação geral parece ter sido predominante na cidade. Contudo, os grupos privilegiados recuaram ao verem que a nova ordem os despojava de prerrogativas, regalias e imunidades, obrigando-os a enquadrarem-se nas linhas marcantes de direitos e deveres que a Constituição estabelecia para todos, sem admitir excepções.

O grosso da coluna dos que directamente foram afectados com a nova Lei das Leis, não se aperceberam de imediato do verdadeiro alcance prático do exercício constitucional, antes quiseram ler na revolta liberal uma saída para as dificuldades económicas e sociais que afligiam o país e, embalados por essa expectativa, aderiram na primeira hora ao movimento sedicioso do Porto. Só mais tarde se foram dando conta de que, para que o novo regime vingasse, era indispensável que cedessem uma parte dos seus privilégios.

De resto, muitos começaram a abandonar os ideais liberais quando sentiram que não se tratava de reformar as velhas instituições nacionais mas antes se procurava produzir uma ruptura profunda com o passado. Alguns não admitiram mesmo que o Soberano Congresso remetesse o monarca a um papel apagado na condução dos destinos do Reino, papel que consideravam menos respeitoso e redutor da sua autoridade a uma condição intolerável<sup>2</sup> assumindo posição crítica idêntica à da própria rainha D.<sup>a</sup> Carlota Joaquina e à dos seus filhos residentes na Europa.

---

<sup>2</sup> DIAS, A. Pedro, *Subsídios para a História Política do Porto*, Porto, 1896, p. 8.

### 1. Os primeiros sinais do renascimento absolutista

Os primeiros sinais de revolta surgem em Trás-os-Montes, em 23 de Fevereiro de 1823. O Conde de Amarante, Manuel da Silveira, proclama a monarquia absoluta e, se esta revolta não teve força para triunfar, a rebelião do infante D. Miguel, de 27 de Maio desse ano, deu sentido de continuidade ao primeiro passo de Manuel da Silveira.

De facto, o clima político de Lisboa encontrava eco no Porto a favor do regresso do absolutismo. Com efeito, o entusiasmo liberal, entre algumas gentes do norte, cedo deu lugar ao descontentamento, isto apesar de a Sociedade Patriótica do Porto manter esforços no sentido de propagandear as ideias liberais, o favorecimento das letras e das indústrias nacionais, concorrendo dessa forma para a prosperidade da cidade regeneradora<sup>3</sup>.

Por essa altura, a contra-revolução só não teve início no Porto, graças ao apego ao liberalismo por boa parte das suas gentes e das forças armadas que na cidade ainda guardavam fidelidade ao governo constitucional, desprezando a proclamação do Conde de Amarante. Também ajudaram, os esforços da câmara constitucional da cidade que, logo ao saber da notícia, em vereação, decidiu pagar os soldos em atraso aos militares aquartelados no Porto, recorrendo para tanto aos fundos públicos e mesmo a empréstimos de particulares, com a finalidade de os manter do seu lado. Ao mesmo tempo, partidários conhecidos do Conde de Amarante, nomeadamente o Visconde de Balsemão e seu filho, João Ribeiro Viana, entre outros, foram expulsos do Porto<sup>4</sup>.

O Brigadeiro Manuel Luís Correia, recebeu então ordens para tomar a importante posição de Amarante e para tanto foi-lhe disponibilizada toda a tropa de linha que guarnecia a cidade, ficando apenas no Porto a guarda Real da Polícia, o regimento das milícias e um destacamento de Cavalaria 9, no qual não havia confiança plena, pelo facto de, em Chaves, se ter mostrado favorável à revolta de Silveira.

Depois de desarmados os soldados que lhe eram fiéis, o conde revoltoso viu-se impotente para resistir às forças constitucionais nas províncias do norte de Portugal e acabou por retirar para Espanha, juntamente com os corpos sublevados que se lhe mantiveram fiéis. Tal desaire não fez desistir o partido conservador e, como já adiantamos, em 27 de Maio de 1823, o infante D. Miguel, instigado por sua mãe, proclamava em Vila Franca a restauração do regime absoluto. D. João VI, numa clara viragem de atitude política, deu desta vez cobertura à posição do seu filho, a fim de evitar a própria deposição, prevista e desejada no seio do partido da Rainha.

---

<sup>3</sup> Idem, *Ibidem*, p. 9. nota 1.

<sup>4</sup> Idem, p. 10.

### 1.1. Como foi recebida no Porto a vilafrancada

Nas vésperas deste acontecimento, os partidários do absolutismo no Porto estudaram um cenário hipotético para os acontecimentos que passou pelo próprio equacionar de um provável desaire dos revoltosos de Vila Franca, admitindo até a hipótese de acolherem o Infante na cidade, caso fosse mal sucedido no sul<sup>5</sup>.

A câmara constitucional do Porto, apesar do êxito obtido a quando da revolta do conde de Amarante, não teve igual postura perante os acontecimentos de Vila Franca.

Um pouco antes das ocorrências, as cortes, sem esconderam a sua preocupação perante os avanços dos sectores mais conservadores, tentaram reorganizar a guarda nacional, por decreto de 10 de Março. No Porto, pensou-se que a organização deste corpo militar traria alguma tranquilidade a favor da situação. Puro engano. Com efeito, aberto o alistamento voluntário e apesar do empenhamento da *Sociedade Patriótica* para que o alistamento de liberais fosse em grande número e de, no novo corpo militar, se ter inscrito boa parte dos sócios daquela agremiação: médicos, alguns desembargadores, negociantes abastados, advogados e até o governador das Justiças da cidade, Fernando Affonso Geraldês, também se alistaram membros do partido conservador: Francisco de Sousa Cirne, José de Melo Peixoto, Pedro Teixeira de Melo, Fernando Homem, etc, tudo gente que pertencia à nobreza da cidade, cujo apego ao absolutismo era de todos conhecido. Mas, se a heterogeneidade política dos alistados poderia fazer acreditar numa situação estável, os conservadores demarcaram-se dando como explicação para o seu alistamento o facto de D. João VI ter aparecido no dia do seu aniversário com o seu filho D. Miguel que vestia um uniforme da Guarda Nacional, recebendo então os aplausos da dita milícia<sup>6</sup>.

Este acto parece configurar uma tentativa para minar, por dentro, um corpo militar que tinha por objecto defender o próprio liberalismo. De resto, entre 10 de Março e a Vilafrancada, respirava-se entre as autoridades portuenses um certo clima de apreensão e não eram poucos os boatos que veiculavam que algo de muito importante estaria prestes a acontecer na vida política nacional, embora não se soubesse, em concreto, qual a sua dimensão nem certezas houvesse quanto aos que teriam êxito nos seus propósitos políticos.

Este clima indefinido, contribuiu para o afrouxamento mesmo dos mais firmes defensores do liberalismo que, face à incerteza do futuro, receram comprometer-se demasiado.

O Porto, após ter tomado conhecimento da proclamação absolutista de Vila Franca, desconhecendo qual seria a posição de D. João VI, não reagiu de ime-

---

<sup>5</sup> Idem, p. 11.

<sup>6</sup> Idem, p. 13.

diato. A Câmara constitucional, reunida em vereação recomendou aos portuenses sossego, obediência, comprometendo-se a velar pela protecção e segurança da população. Em suma, perante o curso e os contornos ainda indefinidos dos acontecimentos, fraquejou.

Neste quadro, quem ganhou nova alma foram os sectores partidários do rei absoluto que, face às notícias sobre a proclamação de Vila Franca, trabalharam para que, no Porto, fosse também aclamado o absolutismo. De início e apesar dos seus esforços nesse sentido não concitaram apoios militares relevantes já que, os chefes castrenses das forças do Porto, Oliveira de Azeméis e Feira, apesar de absolutistas declarados, temiam que a reacção de D. João VI não fosse favorável ao seu filho e por isso não se queriam também comprometer abertamente. Contudo, conhecida que foi a decisão do monarca de sair de Lisboa (30 de Maio) e reunir-se a seu filho em Vila Franca, mostrando dessa forma a sua adesão à restauração do absolutismo, os já citados comandantes militares reuniram no quartel general e aí decidiram, em conjunto, responder pelo sossego da cidade.

Entre eles contava-se um exaltado absolutista, o coronel das milícias da Feira, António Ferreira Carneiro de Vasconcelos. O primeiro batalhão sob o seu comando, estava sediado no Porto havia alguns meses e os seus oficiais apresaram-se a protestar a sua fidelidade ao monarca. O segundo batalhão, que se encontrava na Campeã, regressou ao Porto em 31 de Maio, alojando-se no convento de Santo António da Cidade (actual edifício da Biblioteca Pública Municipal). Quando os militares chegaram ao largo de São Lázaro, o coronel mandou fazer alto e, em frente do convento, cujas janelas se encontravam apinhadas de frades e à vista do povo que se juntou, gritaram vivas à Santa Religião e a D. João VI, *o melhor rei do mundo*, à Rainha e ao governo que legitimamente dimanasse do poder do monarca<sup>7</sup>. Começavam no Porto as primeiras manifestações de júbilo pela mudança política.

Por volta das 11h da manhã do dia seguinte, depois de alinhados nos claustros de Santo António da Cidade, marcharam os soldados para o Campo de Santo Ovídeo (actual Praça da República), designado por Campo da Regeneração pelos revoltosos de 24 de Agosto de 1820. Concitaram-se vontades e muitos outros corpos militares, uns ordenadamente, outros nem tanto, juntamente com muito povo, vitoriam o rei absoluto, ao mesmo tempo que o Campo passava a ser de-signado novamente de Campo de Santo Ovídeo ou de *Santo Ouvido*, como muitas vezes é referenciado na documentação coeva.

O governo interino das armas do Porto foi então entregue a um dos mais dedicados absolutistas, José Joaquim da Rosa Coelho, intendente da marinha<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> Idem, p. 15-16.

<sup>8</sup> Idem, p. 17.

Todos os corpos militares da cidade, levando à frente o estandarte real, seguiram depois pela rua do Almada até à Praça Nova (actual Praça da Liberdade). Entraram nos Paços do Concelho ratificaram a aclamação do monarca absoluto e nomearam um conselho de governo, mais tarde transformado em Junta, cuja composição integrava o bispo, o intendente Rosa Coelho e o desembargador Basílio Teixeira Cardoso.

Saliente-se que esta proclamação contou com a assinatura e o apoio de muitos homens que haviam colaborado com a revolta de 1820 e alguns deles, ao que tudo indica, teriam mesmo abraçado a causa liberal com convicção e afinco. Contudo, os trilhos do governo constitucional, descontentou uns e desiludiu outros. Deste número, não excluimos os oportunistas, que sempre aparecem ao mínimo sopro de mudança de direcção nos ventos do poder.

### 1.1.1. A Junta do Porto

Quais foram as primeiras preocupações da recém constituída Junta? Antes de mais comunicou a D. João VI as ocorrências do Porto, colocando-se na expectativa de receber as ordens do monarca que aliás não tardaram. D. João VI mandou que fossem presos os governadores de armas e da Justiça da cidade, Lobo de Barros e Fernando Afonso, mais tarde deportados por ordem governamental. O primeiro para Sabrosa e o segundo para a Graciosa. A Segunda ordem consistiu na substituição da vereação por uma outra, mas afecta ao regime absolutista.

Como quase sempre sucede em circunstâncias de profunda viragem política, neste caso as cadeias também mudaram de inquilinos. De imediato a Junta do Porto liberta o Arcebispo de Braga e o Bispo de Pinhel que, acusados de anti-constitucionais, se encontravam detidos no convento do Buçaco e todos os que, por serem contrários ao regime liberal se encontravam presos na cadeia da Relação do Porto.

Ao que se sabe, a cerimónia de libertação dos presos da Relação decorreu com alguma pompa e circunstância. Perfilaram-se, formando alas, uma guarnição militar, desde o edifício da cadeia à Praça Nova, precisamente até à porta da Casa da Câmara e, o Juiz do Crime, depois de entrar na Relação, deu ordem de libertação a todos os detidos que saíram por entre a tropa e muito povo, lançando vivas, *fogo de ár*, cantando músicas e fazendo algazarra, repicando sinos etc. até chegarem ao salão nobre dos paços do concelho, onde foram recebidos como mártires da causa absolutista. O número de reclusos libertados varia entre os 120 e os 79 conforme os relatos<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Idem, p. 18

Quem se destacava de entre estes homens? Três cónegos da Sé de Braga, treze padres, abades e priores e quatro frades. Entre estes últimos, o mais notável era dominicano, também de Braga, o qual, apesar de parálitico havia muitos anos, quis acompanhar todos os outros e por isso foi transportado num pequeno palanque e alvo dos maiores aplausos, quer durante o trajecto, quer na sessão do salão nobre do município.

Como reagiu o povo? Como sempre reage nestas circunstâncias: assistiu apenas curioso. Isto não significa que não se tenham verificado algumas reacções contrárias à restauração absolutista. Por exemplo, alguns militares das milícias da Feira, intentaram voltar o regimento a favor da Constituição, mas foram prontamente neutralizados e encarcerados no Castelo da Foz.

No dia 7 de Junho, o brigadeiro Manuel Pamplona Carneiro Rangel, assumia o governo das armas da cidade substituindo Lobo de Barros e a Junta era dissolvida, aquietando-se a cidade.

Passados alguns dias, em concreto, no dia 22 de Junho, novo regozijo marcou a vida do Porto. Desta vez, foi a chegada do general Gaspar Teixeira, governador das armas da província de Trás-os-Montes no tempo do governo constitucional, aquando da já referida revolta do Conde de Amarante. Trata-se de um militar que mudou de posição política. De facto, este oficial general foi o primeiro a denunciar a revolta de Amarante ao general das armas do Porto e mais, prontificou-se então a combater o revoltoso em favor da causa liberal. Contudo, pouco tempo depois desertou deste campo político e reuniu-se ao Conde de Amarante em lugar de segundo chefe das tropas sublevadas ganhando o título de Visconde do Pezo da Régua.

O general entrou na cidade pelo Bonfim e foi recebido pela nobreza e muito povo, para lá naturalmente de toda a guarnição da cidade. Música, repiques de sinos, foguetório, descargas de fuzilaria e ruidosas salvas de artilharia, acompanharam o cortejo até ao Poço das Patas – actual Campo 24 de Agosto – e, passando um arco triunfal aí levantado, seguiu aplaudido por muito povo nas ruas e nas janelas adornadas até à Sé, onde orou.

À noite, houve récita de gala no Teatro São João e a ocasião foi aproveitada para novos vivas ao rei absoluto e mesmo para a divulgação, por via panfletária, de algumas poesias de conteúdo político. Destacaram-se as da Viscondessa de Balsemão e de Dona Joana Paulet<sup>10</sup>.

### 1.1.2. Novas autoridades

Os ministros do rei absoluto, logo que tiveram conhecimento dos acontecimentos do Porto, procuraram nomear novas autoridades da sua confiança. Sebastião Correia de Sá, foi nomeado Chanceler da Relação e Casa do Porto,

---

<sup>10</sup> Idem, p. 20.



um dos mais importantes cargos da cidade já que, para além da vasta jurisdição da Relação do Porto (toda a zona norte) a este cargo andava associado a substituição do cargo de governador das justiças e a intendência da polícia da urbe<sup>11</sup>.

Ayres Pinto de Sousa, que havia sido governador das justiças da cidade antes de 24 de Agosto de 1820, viu-se restituído no cargo, com superintendência sobre a ordem pública nas três províncias do norte<sup>12</sup>.

O novo poder, não se esqueceu de mobilizar também a imprensa que lhe era próxima, onde, de forma enérgica, se pugnava pela necessidade de proceder contra os liberais.

A Trombeta Lusitana insinuava *“Se não há carrascos bastantes, a artilharia não está encravada, é enfileirá-los, e metralha com elles. Se querem ver fazer isso limpamente dê-se poder ao “Trombeteiro” e verão como antes de um mez dormem todos os bons portugueses muito descansadamente em suas camas sem o menor receio de revoluções maçonicas”*<sup>13</sup>.

Tais procedimentos estavam de acordo com o espírito absolutista de Ayres Pinto que, sem demora, ordenou aos seus ministros territoriais para que nas três províncias da sua jurisdição, perseguissem os liberais com afinco, instaurando-lhes processos, prendendo-os e enviando-os para as cadeias da Relação a fim de serem julgados. Já na cidade, o seu rigor conduziu ao encarceramento de muitos partidários do liberalismo, colocando outros em fuga.

As coisas não foram mais longe e o sucesso na perseguição aos liberais por parte de Ayres Pinto não se pode considerar estrondoso porque, apenas 6 dias depois da carta de lei que legitimava o seu poder persecutório, o governo de D. João VI tomou uma medida que gerou forte polémica entre os ultra-absolutistas e até entre os ministros do soberano: a Igreja era obrigada a pagar décima sobre os seus rendimentos para pagamento dos juros de um recente empréstimo e, desde Junho de 1821, passou a ter de suportar mais um encargo para amortização da dívida pública e ainda, em Março de 1823, foi decretado que, sobre os seus rendimentos, se impusesse uma terceira décima para despesas militares, adiuvando-se um conflito eminente com a vizinha Espanha. D. João VI, após ver restituído o seu poder extinguiu a última, mas não revogou as restantes, antes emitiu ordem para que fossem cobradas. O clero indignou-se e no norte encontrou um poderoso aliado na pessoa de Ayres Pinto que chegou a dirigir-se a propósito a D. João VI nos seguintes termos:

*“Quererá ou será possível que V. M. queira se diga, por um passo de menos consideração, que um rei de Portugal desconhece a autoridade do Summo Pontifice, e que arroga a si a jurisdição sobre a disciplina da Igreja lusitana, qual outro Henrique 8º em Inglaterra.”*<sup>14</sup>

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> Idem, p. 21.

<sup>13</sup> Idem, p. 24.

<sup>14</sup> Idem, p. 28.

Contra este radicalismo de Ayres Pinto, manifestavam-se absolutistas moderados do Porto, ao defenderam o procedimento dos ministros. Afinal, os membros das cortes constitucionais tinham sido eleitos pelos povos e os seus decretos tinham merecido a aprovação do monarca! Adiantavam.

Outros contrapunham que o rei o tinha feito sob a coacção dos liberais e que as eleições tinham sido um embuste.

Venceu esta facção ou pelo menos vingou na posição pública oficial da Câmara do Porto expressa na acta da reunião de 17 de junho. Nesse dia, por volta das 10 horas da manhã ao som do sino tangido e constituída pelo Juiz do Crime, servindo de Juiz de Fora, Manuel Nunes Chocha do Couto, pelos Vereadores Domingos Pedro da Silva Souto e Freitas, Sebastião Leme, Henrique Freire d'Andrade e Francisco de Sousa Cirne, o procurador da cidade, o governador das armas da cidade Manuel Pamplona, o Bispo D. João d'Avellar, outros membros do clero e da nobreza, ouvidores e juizes eleitos, escrivães e procuradores e os representantes dos vinte e quatro dos mesteres.

Desta reunião foi emanado um documento assinado por 308 pessoas e publicado e dele saiu uma proposta a D. João VI para considerar a anulação das procurações dadas aos deputados às extintas cortes, alegando “*não serem actos espontâneos da livre vontade dos povos, antes extorquidos com coacção e violência*”<sup>15</sup> bem como “*todos os actos em virtude d'ellas praticados como se nunca houvessem existido*”<sup>16</sup>. No mesmo documento, a câmara assume que na manhã do dia 24 de Agosto de 1820 foi coagida por toda a guarnição da cidade “*...municionada de pólvora e bala...*”<sup>17</sup>.

## 2. O radicalismo absolutista do Porto

Se havia radicais absolutistas no Porto, e estamos em crer que havia, de entre eles, a figura de Ayres Pinto conseguiu destaque. De facto, à revelia das instruções para que se procedesse com moderação contra os liberais (manda-los sair das terras de residência e irem para outras onde ficassem sujeitos a vigilância policial), emanadas por parte da maior parte dos ministros de D. João VI, a verdade é que Ayres Pinto, sobretudo contra a vontade do Conde de Subserra (primeiro ministro) se mostrava mais radical quer na perseguição aos liberais e mesmo nas suas críticas contra os ministros mais moderados. Irritou-se quando, nos finais de Outubro de 1823, João da Cunha Souto Maior, um dos mais distintos regeneradores e membro da junta provisória do governo supremo do reino, vindo de Lisboa e a caminho de Monção, com licença do governo, entrou na cidade do Porto.

<sup>15</sup> Idem, p. 31.

<sup>16</sup> Idem, p. 32.

<sup>17</sup> Idem.

Escreveu então uma carta confidencial ao ministro da justiça, com data de 28 de Outubro, apresentando a vinda do liberal como causadora de grande escândalo já que e citamos “*todos os que sabem ler nesta cidade, e mesmo nas tres províncias do norte, conhecem que João da Cunha passa por ser o Grande vigário da Ordem maçónica em Portugal*” aconselhando o monarca e os ministros a pensarem no que o povo havia de pensar de tanta benevolência<sup>18</sup>.

Sequencialmente a este acto (Janeiro de 1824) correu o boato na cidade que foi conhecido em Lisboa de que aqui se preparava uma conspiração que envolvia a própria rainha, destinada a depor D. João VI, a fim de que D. Carlota Joaquina assumisse a regência, boato desmentido por Ayres Pinto que contudo, em carta de 7 de Fevereiro dirigida ao intendente geral, reiterava as suas preocupações pela indignação do povo contra a brandura usada para com os liberais, alertando que “...*era de crer que se repetissem as cenas de Junho de 1808, e Março de 1809...*”<sup>19</sup>. O mesmo é dizer que não enjeitava a hipótese de uma sublevação popular de consequências imprevisíveis.

D. João VI, mostrou-se perturbado com este cenário de revolta dos povos do norte que o governador das justiças do Porto lhe traçara. Saiu a terreiro o Conde de Suberra que lhe falou de manifesto exagero de Ayres Pinto, tranquilizando o rei.<sup>20</sup> Apesar disso, Ayres Pinto, fruto das suas maquinações, conseguiu intensificar a perseguição aos liberais e prolongar a estadia na Relação dos que já havia encarcerado. Esmoreceu a acção de Ayres Pinto sobretudo após o assassinato do Marquês de Loulé no paço de Salvaterra, às mãos de absolutistas radicais. Tratava-se de um amigo pessoal do rei a quem repugnava que, apoiantes seus, de conluio com seu filho, tivessem planeado e executado tão bárbaro crime, só porque o marquês era moderado nas suas posições e próximo do conselho do monarca. Evidentemente que os ultra-absolutistas ainda tentaram fazer crer que tal acto tinha sido obra dos maçons, mas os liberais do Porto aproveitaram a ocasião para, através do lançamento de panfletos e pasquins nas duas mais importantes artérias da cidade, a Rua das Flores e a Rua dos Ingleses, designadas então por isso *ruas dos liberais*<sup>21</sup> denunciarem Ayres Pinto como o chefe dos sectários partidários da rainha que, activamente trabalhavam com os seus congéneres de Lisboa, a fim de derrubarem D. João VI, acusações a que o governador das justiças respondia dizendo que tudo era obra da maçonaria.

## 2.2. O Porto e a Abrilada

O golpe contra D. João VI perpetrado na noite de 29 de Abril de 1824, conhecido por Abrilada era de certo modo esperado pelos ultra-absolutistas do

<sup>18</sup> Idem, p. 34.

<sup>19</sup> Idem, p. 35.

<sup>20</sup> Idem, p. 36.

<sup>21</sup> Idem, p. 41.

Porto. Recordamos que, na noite seguinte, D. Miguel sublevoou o regimento de Lisboa, colocando sob custódia D. João VI no Paço da Bemposta, ordenando de seguida muitas prisões por motivos de ordem política. Objectivos confessados pelo infante “*esmagar de uma vez a cáfila dos pedreiros-livres*”. Valeu então a D. João VI o embaixador francês em Lisboa que mobilizou o corpo diplomático acreditado na capital para promover negociações entre o monarca e o seu filho. Goradas que foram as primeiras conversas, D. João VI refugia-se a bordo de uma nau britânica ancorada no Tejo. Em 9 de Maio, embarca na nau inglesa *Windsor-Castle*, onde reúne novamente com o corpo diplomático, ordenando ao filho, que destitui do comando do exército nacional, a libertação dos prisioneiros políticos e manda prender os cabecilhas da revolta de 29-30 de Abril. D. Miguel mostra vontade de encetar um exílio forçado em França e na Áustria<sup>22</sup>. D. João VI, regressa ao modelo de governo absoluto, desenhado a partir do golpe contra-revolucionário de Vila Franca. E o Porto? Como viveu estes acontecimentos?

Nesse tempo a velocidade das comunicações não tinha semelhança alguma com o que se passa nos nossos dias, pelo que os acontecimentos só foram conhecidos no Porto na noite de 3 para 4 de Maio. A imprensa absolutista exalta o feito do infante e o *Correio do Porto* não hesita em apelidá-lo de “*salvador da monarchia, coluna forte do altar e do throno, que viera agora completar a immortal obra do dia 27 de Maio*”, referia-se naturalmente à vilafrancada e os ultra-absolutistas do Porto não escondiam a sua satisfação pelos acontecimentos de Lisboa. Durou pouco o clima de euforia já que, poucos dias após a proclamação de D. João VI a bordo da nau inglesa, o mesmo jornal que, dias antes se havia arvorado em defensor da pátria, publicava agora o texto do comunicado do rei contra seu filho<sup>23</sup>.

O povo do Porto, logo que se tornou conhecida a proclamação do monarca e aproveitando o dia do seu aniversário, 13 de Maio, deu largas à sua satisfação abrillantando os tradicionais festejos que na cidade habitualmente se realizavam pelo aniversário do rei, de forma que, entre aquela data e 17 de Abril a cidade esteve em festa. Nessas manifestações de júbilo pela manutenção de D. João VI à frente dos destinos do reino, juntaram-se liberais e absolutistas, distanciando-se do ambiente festivo, por despeito, os ultra-absolutistas, esboçando alguns um entusiasmo que mal disfarçava a decepção. Contudo, os moderados como o próprio intendente da polícia, o Chanceler Sebastião Correia, deixaram folgar o povo, fechando os olhos a algum exagero durante os festejos. Quem não gostou foi Ayres Pinto que o admoestou por carta, para que fizesse cumprir as obri-

<sup>22</sup> SERRÃO, Joel, *Abrilada*, in “Dicionário de História de Portugal” (Dir. Joel Serrão), Porto, 1985, Vol. I, p. 6-7.

<sup>23</sup> DIAS, A. Pedro, *Subsídios para a História Política do Porto*, Porto, 1896, p. 44.

gações da polícia, mas o intendente replicou com mestria agravando as diferenças entre os dois magistrados que Ayres Pinto fez chegar ao conhecimento do ministro da justiça, pedindo providências contra o intendente da polícia. As medidas que requereu nunca chegaram e esta atitude serviu ao conde de Suberra para consumir o que há muito desejava, o afastamento de Ayres Pinto que, ainda se viu obrigado a entregar a sua jurisdição precisamente a Sebastião Correia e não logrou escapar mesmo à desconsideração pública do povo<sup>24</sup>.

Ayres Pinto não perdoou a afronta que lhe fez a cidade do Porto. De resto, ninguém melhor do que ele conhecia o carácter liberal das suas gentes como se deduz de uma comunicação por ele escrita em Setembro de 1828, logo após D. Miguel o ter restituído ao cargo de governador das justiças. Escreveu então

*“Deve El-Rei Nosso Senhor estar firmemente capacitado de que n’esta infame cidade não se apura do total da sua população uma quinta parte, que lhe seja fiel: a devassidão, egoísmo, e irrelição predominam na desgraçada raça d’estes habitantes, pela maior parte o complexo da escoria das outras províncias, que, procurando evadir-se ao trabalho pesado da agricultura, vem ganhar o pão quasi na ociosidade da vida commercial, e aprender n’esta a idolatrar o lucro pecuniario como seu único deus”*<sup>25</sup>

### 3. O Porto de D. Miguel (1828)

Após exílio mais demorado na capital da Santa Aliança, logo após a morte de D. João VI (1826), D. Miguel regressa a Portugal. D. Pedro IV, herdeiro do trono, então já Imperador do Brasil, outorga a carta constitucional e abdica em sua filha D.<sup>a</sup> Maria da Glória que, em conformidade com o arranjo dinástico e político então acordado, casaria com seu tio, logo que atingisse a maioridade. Até D.<sup>a</sup> Maria II<sup>a</sup> subir ao trono, asseguraria a regência a infanta D.<sup>a</sup> Isabel Maria<sup>26</sup>. D. Miguel aceitou tudo, jurou a carta, celebrou esponsais com a sobrinha e protestou fidelidade a D. Pedro e à regente.

Nesta altura, governar Portugal era tarefa particularmente difícil. A perda do Brasil (1822) autentico pilar da vida económica nacional, para lá dos efeitos nefastos nesse domínio, despertou paixões que redundaram na crítica feroz à acção da regente. D. Pedro nomeia D. Miguel, lugar-tenente em Portugal em Julho de 1727 e a partir daqui tudo se precipitou para que o absolutismo regressasse em força ao poder. D. Miguel chega a Lisboa a 22 de Fevereiro do ano seguinte e apenas 4 dias depois jura novamente a carta constitucional, assume agora a regência e nomeia novo ministério da sua confiança, constituído pelo

<sup>24</sup> Ayres Pinto fixou-se em Lisboa onde permaneceu durante quatro anos até ser exonerado do governo das justiças por D.<sup>a</sup> Isabel Maria, infanta-regente, em 20 de Setembro de 1827, sendo mais tarde restituído no lugar por D. Miguel (1728). Idem, *Ibidem*, p. 47.

<sup>25</sup> Idem, p. 48-49.

<sup>26</sup> SERRÃO, Joel, *D. Miguel*, in “Dicionário de História de Portugal” (Dir. Joel Serrão), Porto, 1985, Vol. IV, p. 291-292.

Conde de Cadaval, Conde de Basto, Conde de Vila Real e Conde da Lousã. Logo em 14 de Março, dissolve as Câmaras e, em 25 desse mês, os senados de Lisboa, Coimbra e Aveiro aclamam D. Miguel rei absoluto. Embora nessa altura tenha recusado tal titulação, ela foi confirmada pelas Cortes reunidas para o efeito em Junho, após inflamado discurso de José Acúrsio das Neves, tão notável economista como absolutista. Todo o país passava a ser governado de acordo com a tradição, com excepção da Ilha Terceira nos Açores, que se manteve fiel aos ideais liberais. Inicia-se então o chamado terror miguelista: sucedem-se as prisões, os enforcamentos sumários, o confisco dos bens dos liberais, processo que se estima tenha atingido cerca de 80000 famílias<sup>27</sup>.

E o Porto? como viveu estes acontecimentos?

A partir de Abril de 1828, o Porto podia transformar-se num estorvo aos intentos de D. Miguel.

Ayres Pinto, como já adiantamos, regressa então à cidade reposto no cargo de governador das justiças. Os absolutistas não deixaram de lhe preparar uma recepção oficial com certo aparato. O novo governador não perdeu tempo e deu início a prisões e ao encarceramento de liberais na Relação.

A câmara, ocupada já pelos absolutistas na sequência das determinações de D. Miguel, motivava agora Ayres Pinto para que o Porto desse o seu apoio à proclamação de D. Miguel como rei de Portugal. Inicialmente prudente, acabaria por ceder e escrever nesse sentido para Lisboa, em 27 de Abril de 1828. Tarde demais já que, como vimos, Lisboa, entre outras terras, o tinha feito antes.

Ao saberem das notícias de Lisboa, os absolutistas não quiseram ficar atrás da capital e a Câmara portuense, reunida em sessão extraordinária, a 29 de Abril de 1828, instava para que D. Miguel assumisse os direitos que lhe competiam na sucessão da coroa portuguesa<sup>28</sup>. O procurador perpétuo da câmara, tomou a bandeira da cidade e assomou à varanda principal do edifício onde mostrou ao povo, reunido na praça, um retrato do infante a cuja vista segundo o Correio do Porto, romperam vivas a D. Miguel, rei. A cidade entrou de novo em festa, agora para aclamar D. Miguel. Povo nas ruas, varandas e janelas engalanadas, foguetório e à noite colocaram-se em júbilo as luminárias nas portas e janelas. No São João, no decurso do espectáculo de gala, foram entoados vivas ao novo monarca. Para os absolutistas, a cidade redimia-se da “mancha de liberal”.

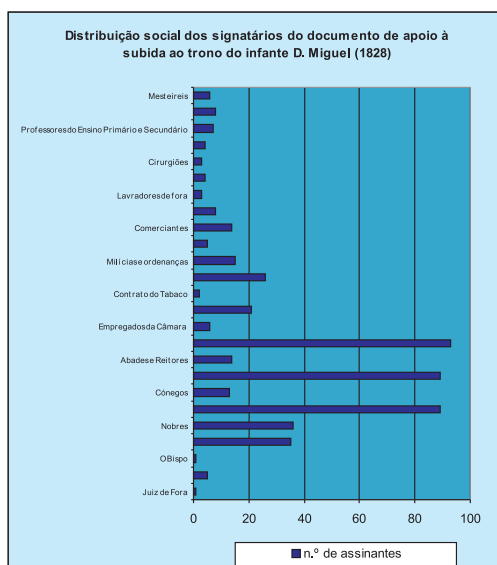
Como reagiram os liberais?

Embora já antes se tivessem manifestado, foi no dia 16 de Maio, que os protestos liberais rebentaram com mais força. É que, a representação a enviar a Lisboa tardava em organizar-se já que, apesar da sessão da vereação reunir

<sup>27</sup> Idem, *Ibidem*, p. 292.

<sup>28</sup> DIAS, A. Pedro, *Subsídios para a História Política do Porto*, Porto, 1896, p. 58.

algum povo, a verdade é que, em 2 de Maio, não havia mais do que 506 signatários do documento representativo da adesão do povo do Porto à causa miguelista. É então feita nova tentativa para aumentar o número de signatários mas, na segunda recolha, conseguiram-se apenas 406 aderentes. Teve de se recorrer às assinaturas das senhoras de primeira nobreza que foram convocadas para comparecerem na Câmara no dia 5 de Maio. Registaram-se então 58 nomes, 48 presentes e 12 por procuração. Em suma, apenas estiveram dispostos a apoiar a causa de D. Miguel 968 portuenses, número que peca por excesso já que, segundo o autor que seguimos, pelos menos 43 destes eram estranhos à cidade.



Se olharmos a composição social da lista os resultados reflectem mais os interesses que as convicções:

De facto, os grupos nitidamente maoritários são oriundos de classes que dependem largamente do poder instituído, independentemente da orientação política do mesmo. Predominam na lista os empregados públicos que, para lá dos especificamente agrupados sob esta designação, podem incluir os empregados da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, os Desembargadores da Relação, os professores e até os elementos da vereação cuja investidura tinha que ser confirmada pelo monarca. Outro grupo numeroso era constituído pelos elementos do clero regular ou secular, fatia social sensível às mudanças de poder, embora aqui, o cariz absolutista seja marcante por parte de alguns sectores a quem o liberalismo afectou. Mas repare-se na ausência das forças sociais que no Porto fazem pender o fiel da balança nas alturas de crise.

O número de negociantes é escasso e o dos mesteirais limitou-se a um ferreiro, um carpinteiro, um tanoeiro, um alfaiate, um fabricante de pianos e um sedereiro<sup>29</sup>.

De resto, entre os signatários deste documento aparecem também nomes que, um pouco mais tarde, a quando da revolução de 16 de Maio, assinam um outro de sinal político contrário, firmando uma petição em que declaram que apenas assinaram a anterior coagidos pelos excessos das autoridades.

### 3.1. A revolta anti-miguelista de 16 de Maio de 1828

As manifestações de júbilo a favor do absolutismo que o Porto conheceu no dia 29 de Abril tiveram como resposta no dia 30, por parte dos liberais, o incitamento à revolta de soldados obedecendo à voz de alguns sargentos. Tratava-se do regimento de infantaria 18. Por volta das 6 horas da tarde, soldados deste regimento juntaram-se na Cordoaria, bradando contra a prisão de alguns dos seus companheiros que foram metidos a recato na Relação.

O povo incitava-os e uma patrulha da polícia procurou dispersar militares e populares, mas sem sucesso. Os reforços não tardaram e o número de prisioneiros aumentou. Pouco tempo depois era maior o ajuntamento no Campo de Santo Ovídio, estima-se em alguns milhares o número dos que davam vivas à Carta e a D. Pedro IV, incitando o regimento 18 a sair do quartel e a juntar-se-lhes para vingar os camaradas presos.

Novamente patrulhas da polícia, mas agora de cavalaria, procuraram afastar os liberais que foram acantonados na embocadura da Rua do Almada. A chegada do general entretanto avisado dos acontecimentos só fez aumentar a gritaria e os vivas a D. Pedro IV por parte do muito povo que entretanto se juntou, pedindo morte para os “*carcundas*”, ordenando então o oficial superior às tropas que dispersassem os populares pela força. Assim aconteceu mas não sem resistência por parte dos amotinados que usaram como armas as pedras da calçada<sup>30</sup>. Divididos em grupos, os liberais foram perseguidos pelas ruas da cidade e muitos foram feridos, alguns de morte, como sucedeu com um antigo voluntário de D. Pedro IV que gritava “*constituição ou morte*” e encontrou-a ao pé da Igreja dos Congregados, às mãos das patrulhas que o perseguiram.

Por volta das 11 horas da noite os ânimos estavam serenados. A tentativa de revolta não tinha tido chefes à altura e mesmo os militares claudicaram perante os deveres de disciplina e obediência ao infante. Seguiram-se numerosas prisões de militares do regimento de infantaria 18 e de artilharia 4, principalmente sargentos<sup>31</sup>.

---

<sup>29</sup> Idem, *Ibidem*, p. 62.

<sup>30</sup> Idem, p. 66

<sup>31</sup> Idem, p. 67.



Os liberais voltaram à carga no dia 16 de Maio de 1828. Tudo começou com as intenções de Joaquim José de Queirós, desembargador da Relação da Baía que então se encontrava próximo da cidade de Aveiro. Juntamente com outros liberais traçou um plano para mobilizar com destino ao Porto o batalhão de caçadores n.º 10 daquela cidade, comandado pelo Sargento Clemente de Morais Sarmiento, onde se sabia todos serem liberais. Difícil era mobilizar no mesmo sentido os restantes militares do Porto. Contava com a tenaz oposição do Coronel Henrique da Silva Fonseca que, embora simpatizante da constituição, não traía a sua fidelidade a D. Miguel e como militar respeitado os seus soldados não se atreveriam a desobedecer-lhe. O mesmo sucedia com os restantes regimentos. Apesar disso Aveiro deu o grito liberal e os militares do batalhão de caçadores n.º 10 encaminhou-se para o Porto. Entretanto, regressava à cidade o regimento de infantaria n.º 6 que, em Trás-os-Montes, tinha combatido pelo governo da Infanta D.<sup>a</sup> Maria contra a revolta miguelista do Marquês de Chaves. Eram 800 praças que só entraram ao serviço da causa liberal, quando José de Queirós conseguiu convencer o seu comandante, o coronel Francisco José Pereira (o “carriço”) de que o regimento n.º 18, face aos vexames recebidos alinharia ao seu lado na revolta e de que esta, ou se levava a efeito já, ou então rapidamente o povo se habituava ao governo absoluto<sup>32</sup>.

Lisboa começa a aperceber-se do que sucedia no norte e o “*Correio do Porto*” de 15 de Maio publica a notícia de que os comandantes do regimento de caçadores n.º 10 de Aveiro e de infantaria n.º 6 do Porto, tinham sido exonerados. Divulgada a notícia, logo se agitaram as duas cidades e, na manhã do dia 16, o coronel Pereira é avisado de que o regimento de Aveiro vinha a caminho do Porto após ter proclamado a carta constitucional naquela cidade e ter depositado a vereação e encarcerado o governador militar e o juiz de fora. Aqui no Porto, nessa madrugada, o regimento n.º 6 declarou-se pronto a sair do quartel com a mesma finalidade. Estes acontecimentos eram já esperados pelas forças policiais que, logo de manhã, mandaram encerrar as lojas e os organismos públicos, proibindo, foguetes, toques de sinos para incêndio, etc.

Pelas quatro da tarde desse dia ecoava já nas ruas da cidade o hino da carta constitucional, tocado por uma banda militar, em desafio da proibição ordenada por D. Miguel no mês de Março anterior. Era o regimento n.º 6 que entretanto tinha saído do quartel levantando vivas a D. Pedro IV, a D.<sup>a</sup> Maria II e à Carta, seguindo em direcção ao Campo de Santo Ovídio onde entrou pela actual Rua dos Mártires da Liberdade que, por isso, foi chamada Rua 16 de Maio, em memória desta revolta. O Coronel Pereira aderiu, e este corpo militar concentrou-se em frente ao quartel de Santo Ovídeo, proferindo, juntamente com populares, muitas palavras de ordem favoráveis à Carta. O comandante do

<sup>32</sup> Idem, p. 71.

regimento n. 18 mandou então encerrar as portas da unidade mas os seus homens acabaram por arranjar um estratagema e furar a proibição apresentando-se fora de portas e juntando-se à multidão, deram vivas à carta. O General das armas Gabriel Franco ainda tentou chegar ao Campo de Santo Ovídeo com os seus homens para debelar a rebelião, mas faltou-lhe a coragem ao ver as barreiras de soldados e populares que defendiam o largo. Henrique da Silva que inicialmente mandou fechar as portas do quartel, acabou por se juntar aos seus soldados e confraternizar com eles entre vivas à Carta Constitucional<sup>33</sup>.

Os revoltosos liberais quiseram dar por nulas as resoluções da Câmara absolutista de 29 de Abril. Dirigiram-se então ao novo Juiz de Fora, nomeado pela Junta que entretanto se constituiu para que reunisse a Câmara. Contudo, este respondeu ser impossível. Não havia vereadores eleitos e os vereadores absolutistas tinham fugido da cidade, juntamente com o antigo Juiz de Fora. Porém, não se desistiu da ideia da anulação. Foram chamados dois vereadores substitutos e reuniu-se a Câmara em 28 de Maio. A sessão não correu bem. É que, alguns dos presentes tinham assinado a anterior declaração favorável a D. Miguel mas, temerosos pela sua liberdade e pela manutenção dos seus cargos, procuravam agora assinar declaração contrária ao absolutismo. Gerou-se então a desconfiança e logo alguém se lembrou de pedir a acta de 29 de Abril. A sua leitura dissiparia todas as dúvidas. Em vão, já alguém, prevendo a situação, a tinha feito desaparecer do Arquivo Municipal. Entre os que mais se pronunciaram João António Frederico Ferro, conhecido e exaltado miguelista que, receoso de perder o seu lugar de secretário da Companhia dos Vinhos, embora tendo assinado a petição ao Infante, esforçava-se agora por convencer os liberais que a isso tinha sido coagido pela força.

O Porto manteve-se liberal por pouco tempo. Com efeito na noite de 2 de Julho de 1828 a junta provisória que presidiu à revolta de 16 de Maio dissolveu-se e quase todos os seus membros se refugiaram no vapor “*Belfast*” abandonando o exército liberal e milhares de indivíduos mais ou menos comprometidos com a causa.

A que se ficou a dever este procedimento?

Para uns ao desalento. Para outros a ausência de chefes à altura. O certo é que falkou esta tentativa de repelir o regime absoluto. Contudo, desta vez o Porto não foi muito molestado. Quer dizer, depois que o navio deixou a barra do Douro (3 de Julho) levando os desalentados liberais, entrou na cidade o exército fiel a D. Miguel, mas com serenidade, procurando não hostilizar a população, debelando mesmo pequenos focos de insurrectos que, a coberto da mudança, queriam assaltar e apropriar-se dos bens existentes nas casas de muitos liberais foragidos. De resto, o marechal de campo Álvaro Póvoas deu

<sup>33</sup> Idem, p. 72-276.

instruções nesse sentido. O mesmo oficial tranquilizou as forças vivas da cidade de que não procederia com rigor senão com o inimigo em campo. Se havia culpados, a justiça acabaria por os castigar. A brandura e humanidade de Álvaro Póvoas foi tal que, na noite do dia seguinte ao da sua chegada, muitos portuenses correram para as cercanias da cidade a avisar os liberais homiziados que nada temessem e que regressassem mesmo à cidade.

Mas nem todos os oficiais miguelistas que entraram no Porto usavam da brandura e humanidade de Póvoas. O comandante das tropas realistas estacionadas a norte do Douro, Gabriel Franco, regressado ao Porto afirmou-se partidário dos castigos porque disse “...no Porto até as pedras da rua eram revolucionárias...”<sup>34</sup>. Apesar disso, uma entrevista com Álvaro Póvoas acabou por demover Franco dos desejos de vingança e a cidade permaneceu em paz pelo menos até ao dia 13 de Julho. Nessa



GENERAL ÁLVARO PÓVOAS

data, Póvoas é mandado para a cidade de Braga e regressa ao Porto o nosso conhecido Ayres Pinto de Souza. Cercado pelos partidários mais radicais de D. Miguel indignados com a benevolência de Póvoas e Franco, é instigado a contrariar tal brandura. Nem precisava de sofrer tais pressões, penso que ficou já demonstrada a amargura de Ayres Pinto relativamente à cidade e aos seus habitantes. Por isso, do alto da sua elevada posição de Governador das Justiças da Relação e Casa do Porto, depois de conferenciar com o general Póvoas escreveu ao ministro da justiça em 27 de Julho dizendo que “...o general estava doudo...”<sup>35</sup> ao não ter suspenso dos seus exercícios, desembargadores suspeitos, assumindo ele essa tarefa, ao mesmo tempo que ordenava a abertura de uma devassa sobre o crime de rebelião cometido na cidade em 16 de Maio. D. Miguel criava simultaneamente uma alçada para saber da origem da revolta.

### 3.2. A punição dos liberais

A alçada entretanto constituída para punir os liberais revoltosos do Porto, procurou apurar responsabilidades. Os brasileiros eram todos considerados suspeitos de serem liberais. Por isso, o seu agente consular, tido como um dos chefes do movimento anti-miguelista, viu primeiro a sua residência ser vigiada pela polícia, para depois ser preso e encarcerado na Relação, em Março de 1832. Os franceses também não inspiravam confiança. Arsene Gambier, denunciado como maçom e liberal, depois de terem sido encontrados em sua casa, papéis comprometedores, foi preso e expulso de Portugal, juntamente com Gambey e

<sup>34</sup> Idem, p. 86.

<sup>35</sup> Idem, p. 89.

Vallon, seus compatriotas<sup>36</sup>. Entre os emigrados espanhóis do Porto, também havia gente afecta ao regime liberal, tanta que o governador das justiças chegou a propor que se prendessem todos os que fossem desta nacionalidade e se recambiassem para a Galiza. D. José Rodriguez Cazaes, então cônsul de Espanha no Porto, escapava a este olhar de desconfiança, recebendo mesmo o título de Visconde da Pena, como recompensa da sua fidelidade ao absolutismo<sup>37</sup>.

Quanto aos ingleses, a sua posição era tradicionalmente favorável à causa liberal. Sempre que o regime político português endurecia procedimentos, ou seja, se inclinava para o absolutismo, os ingleses viam atingidos os seus interesses. Assim aconteceu ao tempo do Rei D. José I, com a criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, instituição que lhes limitava livres movimentos e contra a qual, brandiram os mais variados argumentos, no sentido de a verem abolida, ou, pelo menos, conseguirem a diminuição dos seus privilégios. Mas não era nada fácil acusar os ingleses do Porto de um comprometimento aberto com a causa liberal. Os britânicos reuniam uns em casa dos outros, ou na sua Feitoria, sendo difícil à polícia observá-los. Por outro lado, as visitas domiciliárias por parte das autoridades estavam impedidas pelos tratados e naquelas reuniões só permitiam a participação de homens da nação inglesa. Por outro lado, os seus privilégios sobrepunham-se aos das outras nações fixadas na cidade. Por exemplo, no que se refere à abertura pela polícia da correspondência oriunda do estrangeiro, havia ordens expressas para não se tocar na que era dirigida aos comerciantes ingleses. Suspeita-se que, através desta correspondência entraram panfletos na cidade, que foram acalentando as esperanças nos espíritos liberais<sup>38</sup>. Disso foram acusados criados dos negociantes Noble, Forrester e Roope. Apesar de tudo, a necessidade de D. Miguel em manter boas relações com a Inglaterra, evitou que se causassem danos de monta aos britânicos do Porto até ao regresso de D. Pedro. A este propósito, merece referência o caso da acusação contra o um jovem de 17 anos, filho do Comerciante Noble. Trata-se de Carlos Henrique Noble, acusado de participação activa nos acontecimentos do Campo de Santo Ovídio, na noite de 16 para 17 de Maio de 1828. Para escapar à Alçada que entrou no Porto em 10 de Agosto de 1829, com objectivo de apurar todas as responsabilidades e punir culpados, valeu-lhe a circunstância de a comunidade inglesa fruir do privilégio de possuir juiz privativo, escolhido pela Feitoria e confirmado pelo monarca. Apesar disso, não escapou à prisão na Relação, durante o tempo em que o governo britânico intercedeu a seu favor<sup>39</sup>.

---

<sup>36</sup> Idem, p. 100.

<sup>37</sup> Idem.

<sup>38</sup> Idem, p. 101.

<sup>39</sup> Idem, p. 106.

Absolvido em primeira instância graças a essas pressões diplomáticas, Carlos Noble não logrou escapar à Relação do Porto. À frente deste tribunal estava, vimo-lo, Ayres Pinto que o tinha expurgado de juizes liberais que substituiu por outros, como ele, sectários absolutistas. Noble acabou condenado por participação activa nos tumultos e foi obrigado a sair da cidade no navio *Oporto*, em 30 de Abril de 1829<sup>40</sup>. Esteve fora apenas dois meses. É que, os protestos do governo britânico pela afronta feita a um comerciante inglês do Porto não se fizeram esperar e Ayres Pinto, acabou por promulgar um indulto para que Carlos Noble pudesse regressar a Portugal<sup>41</sup>. Em Outubro, o filho do negociante inglês estava de volta ao Porto, a proteger liberais e a aliciar soldados para a Terceira, actos a que as autoridades policiais faziam agora vistas grossas<sup>42</sup>. Nesta altura, a isso obrigava a necessidade de D. Miguel em manter as melhores relações com Londres já que, o papel da Inglaterra na sua legitimação a aceitação internacional como rei de Portugal, era crucial. Por isso, com Carlos Noble ou com outro súbdito britânico do Porto, todos os cuidados eram poucos.

Se a ineficácia da Alçada não funcionou relativamente aos ingleses, infelizmente não se pode dizer o mesmo no que se refere aos acusados, julgados e condenados de nacionalidade portuguesa. Dotada de poderes extraordinários, que a colocavam acima da Relação do Porto, a Alçada encarregue de averiguar os acontecimentos revoltosos tinha poderes de prender pessoas sem culpa formada e mante-las presas sem limite de tempo, pronunciar, soltar, absolver ou condenar em primeira instância e em processo sumário, todas as pessoas implicadas na rebelião liberal, independentemente da sua hierarquia, condição ou estatuto<sup>43</sup>. A sua aposentadoria, corria por conta dos cofres municipais e o seu trabalho foi desenvolvido de forma secretíssima e lenta, enviando para as forcas montadas de propósito na Praça Nova (hoje Praça da Liberdade) várias dezenas de liberais.

### A terminar

Este período conturbado da vida nacional (1823-1829) foi vivido de forma intensa pelas gentes do Porto. A cidade que, fruto dos seus apegos ao liberalismo fez nascer o primeiro regime constitucional português, pagou um preço alto por essa ousadia. Foi palco do confronto entre liberais convictos e absolutistas radicais, mas o seu povo nunca se inclinou verdadeiramente a favor dos últimos. O

<sup>40</sup> Idem, p. 109.

<sup>41</sup> Em 21 de Julho de 1829, foi promulgado pela Relação do Porto um indulto relativo à sentença condenatória de Carlos Henrique Noble, assinado pelo Governador das Justiças e presidente do Tribunal da Relação do Porto, Ayres Pinto. Idem, p. 110.

<sup>42</sup> Idem, p. 111.

<sup>43</sup> Idem, p. 114.

vexame do levantamento das forças na sua praça maior, a Praça Nova, foi mais tarde compensado com a honra que lhe coube em servir de grande porta de entrada a D. Pedro e aos soldados que desembarcaram em Pampelido (1832).